



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE GOVERNANÇA e R.A.E. - 2022

1) Nº PAD: 5809/2022

| 2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE | UNIDADE |
|--|--|
| Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura | Presidente - PRESID |
| Des. Fernando Wolff Bodziak | Corregedor Eleitoral - CRE |
| Valcir Mombach | Diretor-Geral – DG |
| Dr. Aldemar Sternadt | Diretor do Fórum de Curitiba |
| Dr. Thiago Paiva dos Santos | Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná |
| Dra. Flávia da Costa Viana | Juíza Ouvidora Eleitoral |
| Josmar Ambrus | Secretaria da Presidência - SECPRES |
| Mônica Miranda Gama Monteiro | Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral - SECCRE |
| Lilian Gasparin | Secretaria de Administração - SECAD |
| Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann | Secretaria de Gestão de Pessoas - SECGP |
| Solange Maria Vieira | Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação - SECPLEI |
| Helton José Sanchez | Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - SECOFC |
| Gilmar José Fernandes de Deus | Secretaria de Tecnologia da Informação – SECTI |
| Danielle Cidade Morgado Maemura | Secretaria Judiciária - SECJUD |
| Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira | Secretária de Auditoria Interna - SECAUDI |
| Marden Lincoln Amaral Machado | Secretaria de Comunicação Social - SECOM |

3) REUNIÕES REALIZADAS

1ª Reunião Data: 13/04/2022 Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Destacada a importância da atuação compartilhada da alta administração com os membros do Conselho de Governança, a fim de trazer novas iniciativas e projetos benéficos ao Tribunal e à sociedade.
2. Apresentado o Relatório de Auditoria de Gestão, exercício 2021.
3. Detalhadas as principais ações dos Comitês, previstas para implementação em 2022: Comitê de Gestão Estratégica (CGE); Comitê de Gestão de Riscos (CGR); Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP); Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI); Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGLGP); Comitê



4. Noticiados os Indicadores Estratégicos 2022.
5. Explanada a temática que envolve a “Justiça em Números”.
6. Anunciados os dados Gerais sobre o Prêmio CNJ de Qualidade 2022.
7. Atualizadas as informações a respeito do Ranking da Transparência do Poder Judiciário CNJ 2022.
8. Debatido a respeito das Metas do CNJ nº 1, nº 2, nº 4, nº 9 e nº 10.
9. Sugerida análise da psicóloga contratada, acerca do perfil favorável dos servidores para atuação no formato do teletrabalho.

Data: 27/07/2022

- 1. Transmitidos informes: a)** prioridade de julgamento dos processos que impactam no indicador nº 15 e afetam o cumprimento da meta nº 4 do CNJ; **b)** resultado preliminar do Ranking da Transparência do CNJ 2022, com percentual de 88,72%; **c)** solicitado que as áreas encaminhem à Seção de Apoio à Governança Institucional – SAGI a Matriz de Gerenciamento do 2º Risco que será monitorado em 2022.
- 2. Regularizados os lançamentos dos dados de alguns processos no Sistema Atena e no Portal BI.**
- 3. Acatado o Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria – SECAUDI, referente ao exercício 2021.**
- 4. Destacada a importância do acompanhamento da adaptação e produtividade dos servidores em teletrabalho. Criado o Manual do Teletrabalho, com o propósito de orientar a gestão.**
- 5. Relatado que o acompanhamento da saúde física e mental dos servidores, que estão em teletrabalho, será realizado pela Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias – SAUDE e a produtividade acompanhada pelas chefias e a Comissão de Gestão de Teletrabalho.**
- 6. Anunciado que os servidores que atuam em teletrabalho e foram entrevistados pela psicóloga, trouxeram impressões positivas à Secretaria de Gestão de Pessoas – SECGP, uma vez que estão se sentindo mais vistos, acolhidos pelo Tribunal e perceberam o**



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

aumento da produtividade, em razão da diminuição do estresse. Noticiada, pela psicóloga contratada, a dificuldade de se estabelecer um perfil adequado para o teletrabalho, pois trata-se de tema muito subjetivo, variável de acordo com a personalidade da pessoa.

7. Citados os riscos acompanhados pelas áreas: **a)** auxílio-alimentação dos mesários; **b)** final de prazo das eleições; **c)** registros de candidaturas; **d)** preparação das urnas; **e)** combate à desinformação; **f)** prêmio CNJ de qualidade; **g)** Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; **h)** contratações; **i)** título net; **j)** equipamentos de proteção individual – EPI; **k)** diminuição do quadro de servidores; **l)** segurança da informação e **m)** prestação de contas.
8. Comunicados os resultados dos 33 indicadores estratégicos do Tribunal, referente ao 2º trimestre/2022.
9. Informado que o indicador estratégico nº 19, “Índice de Compras Compartilhadas” será mantido e o indicador nº 24, “Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações”, será alterado, pois em razão da previsão da legislação, que autorizou a inclusão de outras contratações no plano, a métrica pelo grau de aderência ficou prejudicada. Por fim, quanto ao indicador nº 27, “Índice de adequação das instalações quanto à segurança do trabalho em altura”, foi ressaltado que a medição ocorrerá no final do ano.
10. Destacado que a criação do atendimento aos eleitores pelo número 0800 contribuiu de forma relevante com o trabalho e reduziu o prazo do atendimento pela Ouvidoria.
11. Anunciado que o Plano de Gestão foi finalizado, contando com 27 ações previstas para o período 2022/2023, divididas em 116 atividades e 12 áreas.
12. Informada a criação da Ouvidoria da Mulher.
13. Comunicado o levantamento dos dados do Tribunal obtidos até 26/07/2022, em relação ao cumprimento das Metas Nacionais 2022, números 1, 2, 4, 9 e 10 do CNJ.

3ª Reunião

Data: 14/12/2022

Ações Deliberadas\Resultados Implementados:

1. Apresentadas as relevantes ações implementadas pelos seguintes Comitês: Comitê de Gestão Estratégica (CGE), Comitê de Gestão de Riscos (CGR), Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) e Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI).
2. Enfatizadas as principais realizações da Escola da Justiça Eleitoral do Paraná – EJE/PR, dentre elas as reformas físicas do espaço cultural, da biblioteca e da escola da cidadania, que possibilitarão a otimização de espaço nobre para os eventos e ações do tribunal. Anunciado o início das tratativas para firmar novas parcerias com as escolas de governo



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

de outras instituições, a fim de compartilhar cursos de extensões de altíssima qualidade.

3. Noticiado que a execução orçamentária de 2022 está concluída em 97% sendo a meta atingir 99% até dezembro.
4. Relatado que a participação da Secretaria de Comunicação Social – SECOM, nos Encontros Regionais de Combate à Desinformação e Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e das Urnas Eletrônicas – ENCOSEGUES, contribuiu para o estreitamento do vínculo entre a unidade de comunicação da sede do Tribunal com os órgãos de comunicação do interior do Paraná e o aprimoramento ao combate à desinformação.
5. Informado que os registros de candidaturas tiveram acréscimo considerável de quantitativos e que a parceria com a Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação – SECPLEI, com a disponibilização dos servidores dos cartórios para apoiar a demanda do 2º grau, engrandeceu a instituição como um todo. Enfatizado que a Secretaria Judiciária - SECJUD tem destinado esforços para melhorar a ferramenta do PJE, pois as dificuldades apresentadas refletem na remessa dos processos das zonas eleitorais para a sede e desta para o TSE, o que geram inconsistências, que envolvem diretamente no despenho do Tribunal frente ao Prêmio CNJ.
6. Anunciada a possibilidade dos servidores da sede auxiliarem os cartórios em 2024, em razão das eleições municipais. Mencionado que o Projeto Eleições foi totalmente cumprido, com ampla aderência ao planejamento realizado pela SECPLEI.
7. Destacada a conclusão do Plano de Auditoria de 2022, com a execução de 5 auditorias e 2 consultorias, acerca dos seguintes temas: **1)** substituição de servidores, a pedido da Secretaria de Gestão de Pessoas - SECGP e, **2)** segregações de funções, com relação às contratações. Realizada auditoria integrada financeira e de conformidade, que subsidiará a emissão do certificado de auditoria da gestão, até março de 2023. Efetuada auditoria integrada de toda justiça eleitoral, referente à segurança da informação. Noticiado que a auditoria da plataforma digital do poder judiciário (CNJ) foi cancelada para a Justiça Eleitoral em 2022 e será realizada em 2023, para não prejudicar o andamento das eleições. Informado que o Plano de Auditoria para 2023 já está publicado na *internet*.
8. Enfatizado que o TRE-PR possui excelente “data center”, que visa proteger os dados e as informações que transitam no Tribunal. Destacados os resultados do IGovTIC-JUD 2022 e as principais ações realizadas pelo Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação, como por exemplo: **a)** revisão do PDTI 2021/2022; **b)** elaboração do PDTI 2023/2024; **c)** aprovação do Plano de Transformação Digital; **d)** apresentação dos ciclos de desenvolvimento de sistemas e fábrica de software; **e)** acompanhamento dos indicadores, planos de trabalho, portfólio de projetos e contratações de TI.
9. Mencionadas as principais ações do Comitê de Gestão da Infraestrutura: **a)** conclusão da construção do gradil de vidro na sede do Tribunal; **b)** elaborado estudos para viabilizar a cobertura no fórum, para abrigar os eleitores no final de prazo. **c)** aprovado o plano de



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

reformas de 2022, bem como as reformas que serão realizadas em 2023. No que diz respeito ao Comitê das Contratações, foi enfatizado que a partir de 01/04/2023 o Tribunal deverá aderir as previsões da Lei nº 14.133/2021, que culminará em contratações on-line e no uso de sistema de gestão.

- 10.** Informada a realização de pesquisa pela SECGP com os servidores, que possibilitará a ampliação dos projetos em 2023, que visam atender as questões referentes a: **a)** relacionamento interpessoal; **b)** solução de conflitos, **c)** análise individualizada da força de trabalho, com foco na saúde e otimização da produtividade.
- 11.** Anunciado que o relatório de atividades da Corregedoria – Ano 2022 e os projetos da Corregedoria – Ano 2023, será apresentado no dia 15/12/2022, na sessão de julgamento da Corte (Resolução TSE nº 7.651/1965, art. 20 e Resolução TRE/PR nº 792/2017, artigo 26, inciso XIV).
- 12.** Apresentadas informações inerentes aos temas afetos à Reunião de Análise da Estratégia – RAE: **a)** Revisão do Planejamento Estratégico; **b)** Indicadores Estratégicos 2021-2026; **c)** Plano de Gestão 2022-2023; **d)** Metas Nacionais 2022; **e)** Prêmio CNJ de Qualidade; **f)** Relatório de Gestão 2023 (ano base 2022); **g)** Mapeamento de Processos.

4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

5) CONCLUSÃO:

Concluídos os trabalhos, eu, Des. Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Conselho de Governança e RAE, minutei o presente relatório, que será publicado na Internet/Intranet deste Tribunal.